SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/09/2015 - Telesíntese

Futuro conselheiro da Anatel acha que teles não podem ser tratadas apenas como fonte de arrecadação

Contando com apoios de peso, foi aprovado por unanimidade pelos senadores da comissão de Infraestrutura, e levou para a audiência três ministros de tribunais superiores da justiça – o professor e membro da Advocacia Geral da União, Otávio Luiz Rodrigues, não se furtou, em sua sabatina, de se posicionar sobre algumas polêmicas atuais. Em relação aos OTTs (como WhatsAPP e Netflix), Rodrigues afirmou que o mundo inteiro discute a sua regulação, tendo em vista que está havendo um deslocamento das fontes de riquezas do segmento. "Precisamos encarar o setor econômico regulado não apenas como uma fonte de arrecadação, mas como fonte de desenvolvimento",afirmou ele.

Contando com apoios de peso, foi aprovado por unanimidade pelos senadores da comissão de Infraestrutura, e levou para a audiência três ministros de tribunais superiores da justiça – o professor e membro da Advocacia Geral da União, Otávio Luiz Rodrigues, não se furtou, em sua sabatina, de se posicionar sobre algumas polêmicas atuais. Em relação aos OTTs (como WhatsAPP e Netflix), Rodrigues afirmou que o mundo inteiro discute a sua regulação, tendo em vista que está havendo um deslocamento das fontes de riquezas do segmento. "Precisamos encarar o setor econômico regulado não apenas como uma fonte de arrecadação, mas como fonte de desenvolvimento",afirmou ele.

Conforme Rodrigues, não o mundo hoje não discute sobre a legalidade ou a ilegalidade dos serviços prestados pelas OTTs, mas sim se se deve ou não regulá-las. Ele assinala, contudo, que a questão tributária pode ser analisada independentemente da discussão regulatória.

Com um vasto currículo acadêmico – com mestrado e doutorado no exterior, Rodrigues foi também consultor jurídico no Ministério das Comunicações na gestão de Eunício de Oliveira (PMDB/CE), quando ficou muito próximo das teses da radiodifusão comercial. Quando seu nome for confirmado pelo plenário do Senado, Rodrigues, que só poderá assumir depois de cinco de novembro, quando acaba formalmente o mandato de Marcelo Bechara, será o primeiro integrante do conselho diretor da Anatel com fortes vínculos ao setor de radiodifusão.

Em sua apresentação, ele ressaltou que foi um dos que se manifestaram contrariamente à criação da Ancinave – primeira tentativa de criação de uma agência reguladora para o conteúdo audiovisual, que depois se concretizou na Ancine – por entender que sua criação, nos moldes em que estava proposta, seria inconstitucional e feria valores da liberdade de expressão.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/09/2015 - Telesíntese

Crimes na Internet: O que falta é preparação da Justiça, não legislação

A legislação já dá ferramentas para que crimes cometidos com o uso da Internet sejam investigados. Mas os profissionais diretamente envolvidos, policiais, promotores e procuradores, e mesmo os juízes não estão preparados. "Não fomos treinados para investigar crimes online", diz o procurador de Justiça Frederico Ceroy.

Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Digital e Coordenador da Comissão de Direito Digital do Ministério Público do Distrito Federal, Ceroy foi um dos especialistas convidados pela Comissão de Constituição e Justiça para tratar do PL 215/15, que propõe alterações ao Marco Civil da Internet, notadamente para permitir acesso a informações de usuários sem autorização judicial.

"A autoridade competente pode requisitar de ofício ou administrativamente dados cadastrais dos usuários. O Marco Civil da Internet já fala isso. No Ministério Público do DF, temos até um manual, um roteiro básico de requisição de dados ao Facebook, por exemplo. Mas os operadores do Direito não tem treinamento adequado", insistiu o procurador durante a audiência.

Não só ele. O diretor do Instituto Beta para Internet e Democracia, Paulo Rená, destacou que embora ainda exista o desafio de instrumentalizar a polícia, há uma experiência acumulada de sucessos, particularmente desde a CPI da Pedofilia, em 2008. "Foram realizadas várias ações, várias prisões. A CPI resultou em termos de compromisso com o Google, com as operadoras de telecomunicações", disse.

"Quero acreditar que todas essas operações e todos os termos extrajudiciais foram realizados dentro da legalidade. Entre 2011 e 2014, o combate ao crime conseguiu reduzir de 67% das fraudes só na Caixa Econômica. Portanto, não vejo necessidade de nova autoridade legislativa para tratar de crimes contra honra. No máximo, precisa um incremento da força policial ou do Judiciário", afirmou.

O procurador Marcelo Fernandes destacou que o acesso a informações sem autorização judicial pode ser inconstitucional. "É preciso cuidado, não com os dados pessoais, mas com o histórico de utilização. É possível que a Constituição tenha reserva de jurisdição e necessidade de intervenção judicial e não permita acesso a histórico de conexões e aplicativos", sustentou.

O foco do debate é o projeto de lei 215/15, que tenta aumentar penas de crimes contra a honra quando cometidos pela internet, mas que traz consigo propostas apensadas, entre elas o PL 1589/15, da deputada Soraya Santos (PMDB-RJ), que dispensa a ordem judicial para que "autoridade policial ou o Ministério Público" acessem dados dos internautas.

A votação da proposta já foi adiada sete vezes e a audiência pública fez parte de um acordo que prevê a deliberação definitiva nesta quarta, 30/9. O relator, Juscelino Filho (PRP-MA), já fez diversos substitutivos e há dois votos em separado – um deles de Alessandro Molon (Rede-RJ), relator do MCI, que elimina as mudanças propostas na Lei 12.965/15.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

28/09/2015 - Carta Maior

Contra ajuste, economistas querem emprego e renda no centro da política econômica

Documento defende que combate às desigualdades volte à agenda do governo, com mudanças nos juros, controle da inflação e atuação do Banco Central.

Contra a "ditadura do pensamento único" de que somente o ajuste fiscal capitaneado pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, pode apontar saídas para a recessão do país, foi lançado na tarde de hoje (28), em São Paulo, o documento "Por um Brasil Justo e Democrático", que se propõe a ampliar o debate sobre os rumos do país, e apresenta alternativas de política econômica para a retomada do crescimento.

Os quase 200 profissionais que assinam o documento, entre economistas, advogados, urbanistas e outros profissionais formadores de opinião ligados ao pensamento progressista, têm como consenso o diagnóstico que o ajuste fiscal prejudica a atividade econômica em vez de tirar o país da recessão. "O documento se presta a evitar o terrorismo da lógica de curto prazo dos mercados especulativos", afirmou o presidente da Fundação Perseu Abramo, o economista Marcio Pochmann. "Esse pensamento nos faz pensar pequeno. Precisamos ter clareza de que ao apontar para a lua não podemos ficar focados no próprio dedo."

Entre as alternativas defendidas pelo documento, destacam-se mudanças para colocar a geração de emprego e renda no centro da política econômica do governo, para que o país volte a combater as graves desigualdades sociais com vistas à distribuição de riqueza. Em termos práticos, o documento defende que o papel do Banco Central seja ampliado – hoje a atuação monetarista do banco está focada em combater a inflação com elevação de juros, quando na verdade deveria olhar para a proteção social; e que o parâmetro da inflação deixe de ser o IPCA, "um índice ruim para a inflação, porque inclui produtos sobre os quais o governo não tem influência", critica o professor de economia da Unicamp Guilherme Mello.

O documento defende ainda maior controle do governo sobre a política cambial, "pois hoje a regulamentação é frouxa e permite a especulação com a nossa moeda", afirma Mello, e também uma visão do papel de longo prazo dos bancos públicos, voltada ao desenvolvimento, "já que hoje o que estamos vendo é um ataque do mercado aos bancos públicos". Esse próprio mercado, segundo o economista, não teria condições de financiar o desenvolvimento se os bancos públicos acabassem.

O documento sugere também que o governo flexibilize o modelo do tripé macroeconômico, com base no controle da inflação, câmbio flutuante e metas de superávit primário; e também mudanças na estrutura tributária para promover justiça fiscal em um país em que as elites não pagam imposto e os pobres são sobrecarregados por impostos embutidos no consumo.

Ao ser indagado por jornalistas se o grupo defende a saída do ministro Joaquim Levy, Pochmann disse: "Não estamos aqui para defender esta ou aquela pessoa. A nossa proposição é de conteúdo sobre os rumos do Brasil. Nós já tivemos experiência no período recente com as mesmas medidas aqui defendidas e que deram resultados fundamentais: o país conseguiu o grau de investimento (durante o governo Lula) fazendo outro tipo de política", afirmou em referência a "medidas voltadas para o crescimento e não para o aprofundamento da recessão, com receituário neoliberal, que deseja corte de empregos e de renda para combater a inflação".

Leia mais em:

http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Contra-ajuste-economistas-querem-emprego-e-renda-no-centro-da--politica-economica/7/34614

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/09/2015 - CUT

Tarifas cobradas pelos bancos sobem até 169% em dois anos

E o reajuste dos salários, desde 2013, foi de apenas 17%. Categoria faz assembleias pelo Brasil amanhã para decidir pela greve

Na hora de cobrar tarifas dos clientes, juros em empréstimos, cheque especial, cartão de crédito, os bancos não economizam nos números. Mas na hora de pagar seus funcionários...

De acordo com a associação de consumidores Proteste, as tarifas cobradas pelos oito maiores bancos do país entre 2013 e 2015 cresceram até 169%. O percentual é 8,6 vezes superior à inflação para o mesmo período.

Mais que isso, o aumento para as tarifas foi 9,83 vezes maior que os 17,18% que reajustaram os salários dos bancários desde 2013.

"Esse é somente mais um indicador dos muitos que comprovam: a proposta dos bancos, que quer impor perda de 4% para os bancários é uma vergonha, uma provocação que vai levar os trabalhadores à greve", afirma a secretária-geral do Sindicato, Ivone Maria da Silva.

"As tarifas são cobradas por serviços, eminentemente trabalho do bancário ou dos próprios clientes nos terminais eletrônicos, na internet, no celular. Esse dado só reforça o que sempre dizemos: os bancos tiram muito dos trabalhadores e de toda a sociedade. Chega de ganância, exploração não tem perdão!"

Pesquisa

O levantamento da associação Proteste comparou as tarifas das cestas informadas nas tabelas de Banrisul, Banco do Brasil, Bradesco, Citibank, HSBC, Itaú, Santander e da Caixa Federal. O maior aumento foi na cesta Exclusive Fácil (antiga Conta Fácil Bradesco Super) do Bradesco, que em 2013 custava R$ 23 mensais, e no próximo mês passará a custar R$ 61,90. O consumidor terá um custo anual de R$ 742,80, ou seja, R$ 466,80 a mais que em 2013.

Também foram encontrados pacotes de serviços com valores de até R$ 74 mensais, como o cobrado pelo Santander na cesta de serviço Van Gogh Max. O custo anual do pacote soma R$ 888.

Guerra de informação

A Folha Bancária que circula hoje na capital paulista reporta que instituições como Banco do Brasil e Caixa estão circulando materiais entre seus trabalhadores que procuram confundir as pessoas. Banco do Brasil informa que as negociações internas continuam, embora tenham sido interrompidas no último dia 18. Já a Caixa publicou material dizendo que o abono salarial oferecido pela federação de bancos significa aumento de salário. Porém, a verdade é que esse abono seria pago uma única vez.

Dia de Luta

Ontem, em várias cidades, foi realizado mais um Dia Nacional de Lutas dos Bancários e Bancárias, para acumular forças em direção a uma greve consistente, que possa dobrar a direção dos bancos.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/09/2015 - VERMELHO

Afiliada da Globo, RBS, tem presidente convocado à CPI da Zelotes

A RBS - afiliada da Rede Globo no Rio Grande do Sul e Santa Catarina - é uma das empresas suspeitas de participação no esquema de corrupção montado para não pagar impostos e que sonegou bilhões de reais. A notícia está entre os trending topics do twitter desde que começou a circular, nesta terça-feira (29), em Porto Alegre. O presidente executivo do grupo RBS, Eduardo Melzer, pode estar de saída da casa.

Presidente executivo do grupo RBS, Eduardo Sirotsky Melze.Presidente executivo do grupo RBS, Eduardo Sirotsky Melze. Quem deu o furo foi o jornalista Luiz Cláudio Cunha, que desde o ano passado acompanha a crise na empresa em matérias publicadas no Jornal JÁ de Porto Alegre. Segundo Luiz Cláudio, o afastamento de Duda Melzer, como é conhecido, será oficializado em outubro.

A especulação – já conhecida há semanas no mercado da comunicação – ganha força a medida em que se aproxima o momento em que a Polícia Federal denunciará os primeiros nomes da Operação Zelotes.

Segundo o jornal Folha de S. Paulo, as gaúchas RBS e Gerdau são as empresas sobre as quais recaem os indícios mais fortes de participação no esquema de corrupção montado para não pagar impostos. Nesta primeira leva de denunciados estarão o nome de seis empresas e seus dirigentes, cujos crimes contra a Receita Federal somam R$ 5,7 bilhões.

A CPI do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), instalada no Senado Federal, já aprovou a convocação de Duda Melzer para dar seu depoimento sobre a investigação. Ainda que deixe o cargo, o executivo deverá ir ao Legislativo, neste caso como ex-presidente do grupo.

O Grupo RBS é, atualmente, o principal conglomerado de comunicações no Rio Grande do sul e em Santa Catarina. Detém, nos dois estados, quatro canais e 18 retransmissoras de TV que atingem quase 800 municípios, oito jornais impressos e sete rádios.

Executivo faltou a grandes eventos

A RBS não confirma a mudança na sua direção, mas o site Coletiva.Net, que cobre o mercado de comunicação gaúcho, endossou a matéria de Luiz Cláudio. "Há semanas circula no mercado a informação de que foi contratado um escritório de head hunters (caça-talentos) de São Paulo para identificar um profissional que assuma o comando do grupo", diz um texto publicado no site.

A se confirmar a informação, será a primeira vez em mais de meio século de existência, que a condução da empresa deixará as mãos da família Sirotsky e passará para um profissional do mercado.

Em sua matéria, a Coletiva.Net elenca sinais de que Duda Melzer está de saída. Segundo o site, o presidente executivo faltou a dois grandes eventos do grupo realizados recentemente, o ZH Em Pauta e a entrega do Troféu Guri, na Expointer. "Na Expointer, uma das mais destacadas promoções do grupo de comunicação, o anfitrião e orador foi Nelson Sirotsky; Duda não compareceu", assinala o texto.

Tesouradas atingiram homens de confiança

Duda Melzer é neto do fundador da empresa, Maurício Sirotsky, e assumiu o comando do grupo em 2012, no lugar do tio, Nelson Sirotsky, que hoje é presidente do Conselho de Administração da companhia, onde tem assento outros parentes diretos ou indiretos do fundador.

A figura de Duda Melzer ganhou fama além dos círculos da comunicação em agosto do ano passado quando anunciou a demissão de 130 funcionários por e-mail, o que ele considerava uma demonstração de "coragem e desapego".

"Temos apoio dos acionistas nas nossas decisões e temos também (...) coragem, energia e desapego para deixar de fazer coisas que não agregam e investir no que pode nos fazer crescer", escreveu, na ocasião.

Leia mais em:
http://www.vermelho.org.br/noticia/270893-6

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/09/2015 - Altamiro Borges

Sem impeachment, PSDB fica sem rumo

Com Eduardo Cunha encurralado por denúncias de cinco delatores da Lava Jato e o governo Dilma trazendo boa parte do PMDB de volta para a base aliada, com a reforma ministerial em curso, o grande derrotado é o PSDB, carregando junto setores da mídia e os movimentos golpistas que jogaram todas suas fichas no impeachment, e agora ficaram sem rumo e sem discurso.

Para uma oposição que tinha como único projeto de vida derrubar a presidente reeleita um ano atrás, como ficou claro no programa de televisão dos tucanos levado ao ar em cadeia de rádio e TV na segunda-feira, os acontecimentos dos últimos dias não poderiam ser mais desalentadores.

Por maiores que sejam as dificuldades enfrentadas pelo governo central na política e na economia, as oposições comandadas pelo PSDB vão ter que recolher suas bandeiras incendiárias do quanto pior melhor e os pareceres dos seus juristas de plantão, pelo menos por algum tempo, pois não conseguiram se apresentar à sociedade como real alternativa de poder dentro das regras constitucionais.

Enquanto o governo ganha tempo, depois de enfrentar nove meses de artilharia pesada, em que a oposição andou a reboque do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e do ministro Gilmar Mendes, do STF, o PSDB terá que encontrar um novo discurso para disputar as eleições municipais do próximo ano. Só bater no governo e no PT já não basta. Por enquanto, o partido não tem sequer um candidato competitivo em São Paulo, a maior cidade do país e o principal reduto tucano.

A não ser que surjam fatos novos na Lava Jato, no TSE ou no TCU, a tendência é que o tema do impeachment fique em banho maria, sem prazo para voltar às manchetes. Ao perceber a mudança do vento, até a empresária e socialite Rosângela Lyra, uma das estrelas dos movimentos organizados contra o governo, já caiu fora, depois de brilhar semanas atrás ao organizar um encontro entre o vice-presidente Michel Temer e empresários críticos do governo

"As pessoas acham que a corrupção está só em Brasília, mas está em todo o Brasil. A minha bandeira não é do impeachment. É de transformação do Brasil. Prefiro estar associada ao combate à corrupção", disse ela, ao justificar a sua saída do movimento "Acorda Brasil". Pode ser uma boa dica para os caciques tucanos empenhados na busca de um novo rumo.

Quem saiu ganhando, mais uma vez, foi o PMDB, o verdadeiro partido do poder desde a redemocratização. Além de manter os seis ministérios que já tinha, ainda ficou com o poderoso Ministério da Saúde e conseguiu, finalmente, tirar o seu desafeto Aloizio Mercadante da Casa Civil. Nem PT nem PSDB, os partidos que se revezaram no Palácio do Planalto nos últimos 20 anos: a bola agora está com o PMDB. Alguma surpresa?